



PROCESSO Nº	:	194.289-1/2024
ASSUNTO	:	REVISÃO DE PENSÃO POR MORTE DE SERVIDOR CIVIL
UNIDADE	:	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
INTERESSADOS	:	MARA JUREMA DE ALMEIDA, L. K. K. D. E F. H. K. D. (MENORES)
RELATOR	:	CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS NOVELLI

## PARECER Nº 698/2025

**EMENTA:** REVISÃO DE PENSÃO POR MORTE DE SERVIDORA CIVIL. TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO. INCLUSÃO DE NOVEL BENEFICIÁRIO. RELATÓRIO TÉCNICO FAVORÁVEL À CONCESSÃO DO REGISTRO. PARECER DESTE MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS PELO REGISTRO DO ATO RETIFICADOR, LEGALIDADE DA PLANILHA DE BENEFÍCIO E APENSAMENTO AOS AUTOS PRINCIPAIS (PROCESSO Nº 182.379-5/2024).

### 1. RELATÓRIO

1. Tratam os autos do **Ato TJMT/CM nº 1214/2024**, que retificou a Pensão por Morte oriunda de Servidor Civil inicialmente concedida pelo **Ato TJMT/CM nº 106/2024**, em caráter temporário, aos filhos menores, **L. K. K. D.**, inscrito sob o CPF nº 064.932.851-51, e **F. H. K. D.**, inscrito sob o CPF nº 064.932.981-30, em razão do falecimento do **Sr. Celso Victor Dias**, inscrito sob o CPF nº 407.896.240-87, quando em atividade no cargo de Analista Judiciário – PTJ, matrícula nº 35691, lotado no Tribunal de Justiça de Mato Grosso, no município de Cuiabá/MT, a fim de incluir no rol de beneficiários, na categoria vitalícia, na qualidade de companheira do *de cujus*, a Sra. **Mara Jurema de Almeida**, inscrita sob o CPF nº 384.008.121-15, em cumprimento à decisão proferida nos Autos nº 1006516-73.2024.8.11.0041, em trâmite pela 5ª Vara Especializada de Família e Sucessões de Cuiabá.

2. A 5ª Secretaria de Controle Externo, que se manifestou pelo **registro do Ato nº 1214/2024**.





3. Vieram, então, os autos para análise e parecer ministerial.

4. É o sucinto relatório dos fatos e do direito.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO

### 2.1. Introdução

5. A Constituição da República Federativa do Brasil assegurou aos Tribunais de Contas dos Estados, por força de Norma atinente à União, presente em seu art. 71, III, mas extensível a estas Unidades Federadas por obra do art. 75 desta mesma Carta, a função de apreciar, para fins de Registro, a Legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões na Administração Direta e Indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do Ato Concessório.

6. A referida competência consiste em ato de fiscalização promovido pelo controle externo, por meio do qual os Tribunais de Contas analisam a Juridicidade e Probidade dos encargos suportados pelo Erário, cancelando o Ato Administrativo, por natureza complexo, que reconheceu o direito à obtenção da aposentadoria, pensão ou reforma.

7. Contudo, para que seja concedido tal benefício, o beneficiário deve preencher requisitos constitucionais, sob pena anulação do Ato Administrativo que o deferiu. Nesse sentido, indispensável manifestação de seu órgão Ministerial como fiscal da ordem jurídica.

### 2.2. Da Análise do Mérito

8. A gestora do TJMT encaminhou o Ato TJMT/CM nº 1214/2024, que retificou a Pensão por Morte oriunda de Servidor Civil inicialmente concedida pelo Ato TJMT/CM nº 106/2024, a fim de inserir a companheira, Sra. Mara Jurema de Almeida, no rol de beneficiários da Pensão por morte do ex-servidor, Sr. Celso Victor Dias, visto que naquele último constava como dependente apenas os filhos menores.





9. Contudo, denota-se que a unidade jurisdicionada já havia submetido os documentos relativos à concessão da pensão por morte a este Tribunal de Contas (Processo nº 182.379-5/2024) e o vertente pedido de revisão tramitou em apartado, de forma que o lapso temporal de processamento da revisão foi suficiente para que o processo inicial de pensão militar fosse devidamente apreciado e julgado por este Tribunal, culminando no Acórdão nº 448/2024-TP que, entre outros, registrou o Ato TJMT/CM nº 106/2024.

10. É cediço que os atos de aposentação e pensão por morte ostentam natureza complexa, uma vez que só se aperfeiçoam no ordenamento jurídico após o pronunciamento final pelo Tribunal de Contas.

11. Vejamos as lições do Professor Jorge Ulisses Jacoby, em sua obra Tribunal de Contas do Brasil – Jurisdição e Competência:

Os compêndios de Direito ensinam que o ato administrativo de **aposentadoria é um ato complexo** que embora praticado por autoridade administrativa do órgão ao qual se vincula o servidor, **exige para a sua validade o registro no Tribunal de Contas**, que para tal fim tem a competência constitucional definida para apreciar a legalidade.

(...)

**Os atos complexos resultam da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, cada qual com seu próprio ato, podendo um ser principal e outro(s) acessório(s);** os atos compostos têm a participação de um único órgão. Enquanto no ato composto só há formalmente um ato, **no complexo há mais de um ato, podendo ser pressuposto ou complementar.** (FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Competência dos tribunais de contas. Tribunais de Contas do Brasil: Coleção Jacoby de Direito Público. V. 3. Belo Horizonte: Fórum, 2016. página 85. Disponível em: <https://www.forumconhecimento.com.br/livro/1648/1705/7432>. (g.n.)

12. Considerando que os atos de aposentadoria e de pensão por morte são atos complexos, que somente se aperfeiçoam com o registro pelo Tribunal de Contas, é de se concluir que o Ato TJMT/CM nº 106/2024 teve seu regular processamento e encontra-se aperfeiçoado pelo registro por este Tribunal.

13. Assim, o correto processamento destes autos, na visão deste MP de Contas, seria o seu **apensamento aos autos principais** (Processo nº 182.379-5/2024),





para análise conjunta naquele feito, onde foram analisados os requisitos para a concessão da pensão por morte aos filhos menores. Contudo, verifica-se que fora instaurado processo em apartado e que esse tramitou individualmente nesta Corte.

14. Nada obstante, pautado nos princípios da celeridade, da economia processual e do formalismo moderado, **este MPC entende oportuno se manifestar de imediato quanto à revisão da pensão por morte, com a ressalva de que esses autos deverão ser apensados ao Processo nº 182.379-5/2024**, a fim de garantir a integridade das informações concernentes aos beneficiários, para fins de assentamento por este Tribunal.

15. Estabelece o Regimento Interno deste Tribunal de Contas no que se refere aos atos de pessoal passíveis de registro o quanto segue:

**Art. 211 O Tribunal de Contas apreciará, para fins de controle e registro, a legalidade dos atos de:**

(...)

**II - concessão de aposentadoria, reforma, transferência para a reserva e pensão, bem como atos de anulação e revisões que importem alteração do fundamento legal da concessão inicial ou da fixação de proventos.**

(...) (Negritamos)

16. Nota-se que a hipótese dos autos, qual seja, retificação do ato inicial de concessão de pensão por morte, **a fim de inserir novel beneficiário no rol de beneficiários**, encontra-se listada no art. 211 do RI/TCE-MT.

17. Verifica-se que a retificação é devida, uma vez que a Sentença de Reconhecimento de União Estável comprova a qualidade de dependente da beneficiária.

18. Assim, considerando que o Ato TJMT/CM nº 106/2024 já se encontra registrado, o MPC manifesta-se pelo registro apenas do Ato TJMT/CM nº 1214/2024, uma vez que somente esse está pendente de análise e registro, **bem como pela legalidade da planilha de benefício, no valor atual de R\$ 6.027,60, com o posterior apensamento destes autos ao Processo nº 182.379-5/2024**, para garantia da integridade das informações concernentes aos beneficiários neste Tribunal.





### 3. CONCLUSÃO

19. Dessa forma, o **Ministério Público de Contas**, no exercício de suas atribuições institucionais, manifesta-se pelo **registro da Ato TJMT/CM nº 1214/2024**, disponibilizado em 06/12/2024, e **pela legalidade da planilha de benefício, no valor atual de R\$ 6.027,60**, ante a inclusão de novel beneficiária, com o subsequente **apensamento do vertente feito ao Processo nº 182.379-5/2024**, para garantia da completude das informações concernentes aos beneficiários assentadas neste Tribunal.

É o Parecer.

**Ministério Público de Contas**, Cuiabá, 14 de março de 2025.

(assinatura digital)<sup>1</sup>  
**GUSTAVO COELHO DESCHAMPS**  
Procurador de Contas

<sup>1</sup> Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT.

